

GT-2: ENFRENTANDO O ASSÉDIO: VALORIZANDO A DIVERSIDADE E PROTEGENDO CORPOS COTISTAS NA UNEB

1. Ana Carolina Lira Gonçalves - DEDC Campus VIII (UNEAD)
2. Reinaldo Borges Da Silva -DEDC Campus VII (Uneb)
3. Stéfane Cristina Evangelista Dos Reis- DTCS Campus III (UNEB)
4. Fabiana Santos Bispo - DCHT Campus XXI (UNEB)
5. André Silva Souza - DCHT Campus XX (UNEB)
6. Lucas Silva Assunção - DCHT Campus XXIII (UNEB)
7. Cleidiane dos Santos Rosário DEDC Campus XV
8. Vanessa Souza Suterio DCH Campus IV
9. Jéssica da Silva Almeida - DCH Campus VI (UNEB)
10. Alícia Cabral dos Santos - DEDC Campus XIII (UNEB)
11. Adryelle Adna Rodrigues Souza. DCH-V
12. 12. Mônica Keila de Souza - DCH Campus IV
13. Ana Beatriz dos Santos Menezes- DCH - campus III
14. Milena Oliveira Costa - DEDC campus XII (UNEB)
15. Eloísa do Carmo Oliveira- DCHT- Campus XXIII

GT - 2: ENFRENTANDO O ASSÉDIO

APRESENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo propor a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com a temática específica de enfrentamento ao assédio direcionado aos corpos dos estudantes cotistas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O GT visa promover um ambiente acadêmico seguro e inclusivo para estudantes cotistas, garantindo o respeito à sua integridade física e emocional, e combatendo qualquer forma de assédio ou discriminação baseada em características físicas, étnico-raciais ou socioeconômicas.

Com o advento de políticas de ação afirmativa, a UNEB implementou a reserva de vagas para estudantes oriundos de grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas e pessoas com deficiência. Nesse contexto, surge a necessidade de discutir como essa diversidade impacta o ambiente acadêmico, especialmente no que diz respeito ao assédio e outras formas de discriminação.

Infelizmente, o assédio é uma realidade presente em diversas instituições de ensino superior, prejudicando a segurança, a saúde e o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas. Neste projeto, pretendemos promover um espaço seguro para que os estudantes cotistas possam compartilhar suas experiências, oferecer apoio emocional, conscientizar a comunidade acadêmica sobre o problema e propor medidas preventivas.

O ingresso de estudantes cotistas nas universidades é um passo importante rumo à promoção da igualdade de oportunidades e da diversidade acadêmica. No entanto, infelizmente, constatamos que esses estudantes frequentemente enfrentam desafios adicionais, como o assédio, que podem prejudicar sua trajetória acadêmica e bem-estar emocional.

O assédio nas instituições de ensino superior é uma realidade perturbadora que compromete a segurança e a saúde dos estudantes cotistas. Isso pode resultar em consequências negativas, como a queda no desempenho acadêmico e a criação de um ambiente hostil que mina a capacidade desses estudantes de aproveitar plenamente sua experiência universitária.

O Grupo de Trabalho sobre Assédio a Estudantes Cotistas na Universidade tem o objetivo de identificar, analisar e propor medidas para combater e prevenir o assédio que afeta especificamente essa parcela da comunidade acadêmica. Nós acreditamos que somente por meio de uma abordagem científica e colaborativa poderemos traçar estratégias efetivas e garantir um ambiente acadêmico seguro e inclusivo para todos.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil a palavra “assédio” significa “insistência importuna”, “perseguição” ou “abordagem forçada” e, na maioria das vezes, é associada ao assédio sexual e a imagem feminina, porém, segundo pesquisas, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e os homens também são vítimas desse tipo de abuso. Além do sexual, existem outros tipos de assédio que

impactam negativamente a vida dos estudantes tanto quanto o físico. Dentro da Universidade o mais comum é o assédio moral onde o servidor utiliza de sua posição para agredir verbal e psicologicamente os estudantes. A psicóloga Lisandra Berni Osório afirma que essas abordagens forçadas impactam direta e negativamente a vida de quem sofre esse tipo de abuso, “Os maiores sintomas apresentados são a ansiedade e a depressão, o que pode trazer muitos prejuízos para vida pessoal e acadêmica do aluno.”.

Falar sobre o assédio é uma forma de combatê-lo, além de ser um método para conscientizar toda a unidade acadêmica com o intuito de que seja possível a identificação de tais atos. “O assunto do assédio é um tabu e vai além, chega ao medo, medo de falar, e causa um terror psicológico e social na pessoa. É um sintoma que claramente responde à sociedade que temos hoje ameaças constantes que repercutem na política, por exemplo”, relata Paula Mastroberti. Uma das maneiras de se discutir o assédio de maneira consciente seria através da criação de uma roda de conversa com histórias escritas de maneira anônima que seriam discutidas entre as pessoas presentes, conseqüentemente, aumentando sua compreensão sobre o assédio em suas mais variadas formas.

A Universidade deve oferecer apoio e atendimento médico, psicológico e de assistência social, mas primeiro é preciso que os conceitos de assédios sejam esclarecidos e que esse espaço possa fornecer políticas de prevenção, educação e informação, para que não fiquem dúvidas do que é ou não considerado assédio.

Para identificar o assédio moral devem-se levar em consideração tais condutas do abusador: atos que causem humilhação e constrangimento e ações que deixem a vítima duvidar de si próprio ou de sua competência. Cabe também falas em tom desrespeitoso, críticas não construtivas, espalhar e divulgar rumores sobre a vítima.

Esse é um tipo de violência que traz danos à dignidade e integridade. Uma das principais características desse assédio é que as agressões ocorrem de maneira repetida e em tempo prolongado.

Um dos pontos principais para o combate desse assédio é que ele seja esclarecido dentro do âmbito acadêmico, pois muitas das vezes fica essa dúvida se alguns comportamentos são ou não importunação. Algumas falas e gestos que desestabilizam o receptor é comunicação ou assédio? É preciso que haja esse debate dentro desse espaço para evitar a falsa comunicação e desvios de conduta.

A principal dificuldade nas investigações de assédio, diferente de outros tipos de apuração, é que essas se baseiam em entrevistas. Esse tipo de trabalho deve ser feito por equipes independentes e neutras para que os fatos ocorridos sejam averiguados.

O assédio sexual se encaixa em toda conduta de natureza sexual sem o consentimento do indivíduo. Ao contrário do assédio moral que se caracteriza pela repetição de comportamentos, esse outro tipo pode ser configurado a partir de um único ato de violência.

Condutas que são classificadas como assédio sexual:

- Insinuações Explícitas ou veladas de caráter sexual;
- Gesto ou palavras, escritas ou falas de duplo sentido;
- Conversas indesejadas sobre sexo;

- Contato físico não desejado;
- Piadas Ou uso de expressões sexual;
- Solicitação de favores em troca do ato sexual;
- Perguntas indiscretas sobre a vida privada;
- Exibição de material pornográfico;
- Frases de duplo sentido;

Caso seja vítima é importante anotar os fatos detalhadamente a situação de assédio sexual ou moral sofrida. Registre data, hora, local e, se possível, testemunhas. Imediatamente comunique o setor responsável do âmbito acadêmico.

Informações:

O Código Penal dispõe no artigo 216-A a definição de assédio sexual:

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001).

Assédio sexual (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001):

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001) Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001) § 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído Pela Lei nº 12.015, de 2009).

Há uma variedade de formas em fornecer suporte às vítimas de assédio, em específico, aquelas que garantem a superação das experiências traumáticas e que possibilitem um retorno sem demais problemáticas para o contexto acadêmico. Para isso, há o entendimento de que a instituição deva desenvolver medidas tanto para receber as reclamações quanto também para julgá-las, visto que na maioria dos casos há uma dificuldade por parte das vítimas de realizarem as queixas, gerando transtornos ainda maiores. Portanto, é fundamental que a organização institucional crie e regularize medidas de prevenção e de suporte às vítimas, bem como investimento em canais terapêuticos exclusivos para essas situações, com profissionais qualificados e uma instituição que ofereça atendimento imediato, humanizado e multidisciplinar a qualquer pessoa que tenha sido vítima de qualquer forma outra de abuso.

A universidade do Estado da Bahia - UNEB já possui uma ouvidoria exclusiva para os casos de assédio, chamada de ouvidoria da mulher Unebiana, que conta com uma equipe feminina preparada para atender as vítimas com todo tipo de cuidado e sigilo que essa situação merece.

Nesse contexto percebe-se ainda uma emblemática muito grande, pois é de conhecimento que não são apenas as mulheres vítimas de variados tipos de abuso, mas também uma comunidade acadêmica de forma geral. Esses indicativos mostram ainda mais a obrigatoriedade de um espaço que amplifique os canais de escuta e que os difunda para todos os tipos de sujeitos.

Tecer diálogos sobre o assédio não é uma tarefa fácil, pois se trata de um tabu para a sociedade.

Ao se falar sobre a permanência de mulheres no ensino superior, traz à tona diversas questões, entre elas a necessidade de destacar a incidência de relações abusivas em suas trajetórias educacionais e profissionais. Cabe destacar, ainda que as mulheres negras são mais propícias a sofrerem esses tipos de relações existentes em uma sociedade na qual as desigualdades sociais, o racismo e o patriarcado ainda estão presentes, pois como afirmam Paiva e Campos (2018) “as mulheres negras, são duplamente atingidas pelas desigualdades de raça e gênero e buscam resistir às diversas violências oriundas de sua condição subalternizada na sociedade”.

O assédio moral é uma violência onde a vítima é colocada em situações vexatórias, na qual duvidam publicamente de sua capacidade acadêmica, provocando humilhação e danos psicológicos. Reprimindo a vítima que aos poucos se apaga dentro do ambiente universitário, trazendo grandes prejuízos com relação a sua autoconfiança no meio acadêmico e profissional.

Já o assédio sexual é definido pelo Ministério Público do trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho como “a conduta de natureza sexual, manifestada fisicamente, por palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual”.

A ocorrência desses tipos de violência dentro dos diferentes espaços não é algo atual, mas vem ganhando notoriedade devido a divulgação da mídia e do interesse de pesquisadores de diferentes áreas. Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha mostrou que 42% das mulheres brasileiras já sofreu algum tipo de assédio sexual. De acordo com a pesquisa, feita com 1.427 mulheres, 29% destas contaram ter sido assediadas na rua, 22% delas disseram ter sofrido assédio no transporte público, 15% no trabalho e 10% disse ter passado por isso dentro das escolas ou universidades.

As universidades públicas tentam transmitir uma imagem de que é segura e oferece proteção a todos que a frequentam, todavia como afirma Santos (2019):

“os campi universitários não são lugares totalmente seguros, e/ou livres de violências, que teoricamente deveria imperar segurança para todos que o frequentam, especialmente aos seus/suas discentes. Nesses ambientes contém casos de violências físicas, sexual, psicológica, racial, de gênero, de orientação sexual, entre outras, que ocorrem interligadas e/ou relacionadas. (Santos, 2019)

Uma pesquisa realizada pelo Data Popular e Instituto Avon, no qual foram entrevistados 1.823 universitários, sendo 60% dos entrevistados pertencentes ao gênero feminino, e 40% pertencentes ao gênero masculino, mostra que 67% já sofreram algum tipo de violência praticadas por homens dentro do ambiente universitário. Sendo que, 56% já sofreram assédio sexual; 28% sofreram violência sexual; 42% já sentiram medo de sofrer violência no âmbito universitário; e 36% já deixaram de realizar atividades por medo de sofrer violência.

Além disso, a pesquisa também evidência que 27% dos homens acreditam não ser violência abusar de uma garota alcoolizada; 35% não reconhecem nenhum tipo de violência ao coagir uma mulher a passar por situações degradantes; e 31% não problematizar o ato de passar fotos de outrem sem autorização.

Portanto, discutir sobre essas questões e buscar medidas mitigatórias dentro do ambiente universitário se fazem necessárias. Pensando nisso, o presente texto objetiva trazer uma proposta de criação de um grupo de estudos departamental responsável por discutir e propor medidas de combate ao assédio dentro da universidade, bem como sugerir um evento anual sobre a temática buscando abordar diferentes aspectos, trazer palestrantes especializados e promover o engajamento da comunidade acadêmica.

O principal objetivo do grupo de estudo é instaurar o debate sobre o assédio na universidade promovendo a construção de conhecimento, combatendo essa prática abusiva e provocando reflexão sobre o assédio e os distintos tipos de violência as quais a comunidade acadêmica está sujeita, de modo a praticar uma cultura de respeito a diversidade e uma rede de não omissão a casos de assédio sexual, moral, discriminação e preconceito contra mulheres e demais minorias políticas.

O grupo de estudos permitirá um estudo mais aprofundado das relações de poder, legislações, debate sobre gênero, sexualidade, raça, cor, religião, classe social e respeito à diversidade e principalmente será uma rede de apoio às vítimas de todo e qualquer tipo de violência.

Por se tratar de um grupo departamental, deverá ser implantado em todos os campi contando com a participação de integrantes dos variados cursos, gerando assim conhecimento, materiais e documentos específicos de cada departamento.

E para que esses materiais produzidos pelos grupos departamentais sejam discutidos e socializados propõe-se ainda a criação de um evento anual sobre o assédio na universidade, onde além da campanha para sensibilização da comunidade acadêmica a respeito da temática, ainda se tenha a participação de estudiosos e especialistas da área para se discutir diferentes aspectos da temática, bem como buscar o engajamento da comunidade acadêmica. Tudo isso com o objetivo de se sanar os casos de assédio e violência contra as minorias dentro do âmbito universitário e fazer com que esse tabu seja quebrado e que esses casos não sejam esquecidos ou abafados.

METODOLOGIA

A conscientização e a formação são fundamentais para criar uma cultura de respeito e combater o assédio na universidade. Para isso, iremos discutir a criação de palestras e workshops para toda a comunidade acadêmica, abordando os diferentes tipos de assédio e suas consequências. Essas atividades serão ministradas por especialistas no assunto, psicólogos, advogados e outros profissionais capacitados, que poderão esclarecer dúvidas e sensibilizar os participantes sobre a gravidade do problema.

Além disso, poderá ser desenvolvido material educativo, como cartilhas e vídeos, para facilitar a disseminação de informações sobre a prevenção e o combate ao assédio. Esses materiais poderão ser acessados facilmente por todos os membros da comunidade acadêmica, contribuindo para aumentar a conscientização sobre o tema.

Outra importante medida seria a implantação de programas de formação para estudantes e funcionários, com foco em temas como respeito mútuo, consentimento e sensibilização para

reconhecer comportamentos inadequados. Esses programas visam capacitar os indivíduos a agirem de forma respeitosa e a serem agentes ativos na prevenção do assédio.

Para lidar com denúncias de assédio de forma adequada, é necessário elaborar um manual de procedimentos que detalhe o passo a passo para reportar incidentes de forma segura e confidencial. Esse manual deverá estar acessível a todos os membros da universidade, garantindo que todos conheçam os procedimentos e os direitos das vítimas.

Além disso, faz-se necessário a criação de uma comissão de investigação imparcial, composta por membros capacitados para conduzir as apurações. Essa comissão terá a responsabilidade de analisar todas as denúncias recebidas de forma cuidadosa, garantindo a imparcialidade e a justiça no processo.

É essencial que todos os procedimentos estejam em conformidade com a legislação vigente e os princípios de justiça e equidade, assegurando que as vítimas sejam protegidas e os casos de assédio sejam tratados de forma séria e responsável.

Promover a inclusão e a diversidade é um passo fundamental para combater o assédio na universidade. Poderiam ser realizadas campanhas institucionais que valorizem a diversidade e combatam o sexismo e outras formas de discriminação. Essas campanhas visam conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância de respeitar e valorizar as diferenças.

Além disso, é fundamental a incentivar a criação de espaços de diálogo e reflexão sobre a importância da inclusão na universidade. Esses espaços permitirão que os estudantes, funcionários e docentes discutam e proponham ações para tornar a instituição mais inclusiva e acolhedora.

A universidade também deverá buscar estabelecer parcerias com grupos e organizações voltados para a promoção da diversidade e igualdade de gênero. Essas parcerias possibilitarão a realização de atividades conjuntas e a troca de experiências, fortalecendo as ações de combate ao assédio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade do assédio direcionado aos corpos dos estudantes cotistas na Universidade do Estado da Bahia, é fundamental que a instituição tome medidas enérgicas para enfrentar esse problema. A criação do Grupo de Trabalho é um passo significativo rumo à construção de um ambiente acadêmico seguro, inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

A abordagem científica proposta pelo GT, baseada em dados e evidências, juntamente com a colaboração de todos os envolvidos, permitirá o desenvolvimento de estratégias efetivas para combater e prevenir o assédio, promovendo, assim, uma universidade que valoriza a diversidade e a igualdade de oportunidades. Somente com esforços conjuntos, poderemos alcançar a mudança necessária para garantir um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e respeitoso para todos os estudantes cotistas da UNEB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, L. C. et al. “É só uma brincadeira!”: Estudantes negras e assédio nas universidades. Revista de Ciências Humanas dossiê Educação das Relações Étnico-Raciais, v. 2, n. 21, p. 118-132, dez. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/12991/7034>. Acesso em: 28 jul. 2023. DATAFOLHA, Instituto de Pesquisa. 42% das mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual. Folha de São Paulo. São Paulo. 11 jan. 2018. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>. Acesso em: 28 jul. 2023.

Data Popular; Instituto Avon. Violência contra a mulher no ambiente universitário. Instituto Patrícia Galvão: dados e fontes. 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/> Acesso em: 27 jul. 2023.

DUTRA, R. Precisamos falar sobre o assédio nas universidades. EM PAUTA. 05 de ago. 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/precisamos-falar-sobre-o-assedio-nas-universidades/>. Acesso em: 29 jul. 2023

LOPES, M. de L. G. , REIS, M. das G. F. de A. dos.; Os atravessamentos do assédio em ambientes universitários sobre corpos LGBTQIA+. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Integral UFMS, Programa de Educação Tutorial.

LOPES DE SANTANA, Ana Cely Cyrne. Denunciei e agora? Violência sexual e psicológica em universidades públicas baianas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PAIVA, T. T.; CAMPOS, A. P. S. As mulheres negras e o enfrentamento ao racismo no Brasil: elementos introdutórios. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, [s. l], v. 1, n. 1, p. 1-16, 21 maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22329>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PODER JUDICIÁRIO: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Assédio moral, sexual e discriminação no âmbito do tribunal de justiça do estado de goiás.

SANTOS, S. A. Violências contra estudantes no campus de uma universidade federal brasileira. Gênero & Direito, Paraíba, v. 8, n. 5, p. 20-43, 27 out. 2019. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2019v8n5.48614>.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/48614>. Acesso em: 27 jul. 2023. UFRGS. Projeto de extensão busca prevenir e combater os assédios moral e sexual na Universidade. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/projeto-de-extensao-busca-prevenir-e-combater-o-assedio-moral-e-sexual-na-universidade/?print=print>. Acesso em: 29 jul. 2023.